

ORÇAMENTO SECRETO

Mais prazo para apontar as cidades beneficiadas

Dino concede 72 horas para a Controladoria da União apresentar os 10 municípios campeões no recebimento de emendas parlamentares por habitante entre 2020 e 2023

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), estendeu, ontem, o prazo para a Controladoria-Geral da União apresentar o relatório sobre as 10 cidades brasileiras que mais receberam emendas parlamentares por habitante entre 2020 e 2023. A CGU solicitou mais 72 horas para finalizar a análise técnica dos municípios.

Na decisão que concedeu a prorrogação do prazo, o magistrado afirmou que continua havendo “obstáculos ao integral cumprimento da decisão” que considerou inconstitucional o chamado **Orçamento Secreto**. Dino ressaltou que isso ocorre por conta da falta de identificação dos parlamentares que indicaram emendas de relator e de comissão.

O pedido de prorrogação foi protocolado pela Advocacia-Geral da União (AGU) no processo em que o Orçamento Secreto foi considerado inconstitucional. A CGU analisa dados sobre os municípios que receberam o maior volume de emendas parlamentares por habitante entre 2020 e 2023, e deve responder às seguintes questões: 1) qual foi a tramitação dessas emendas nos executivos federal e municipal? 2) em que estágio se encontram as obras ou ações para as quais os recursos das emendas foram destinados? e 3) quais os procedimentos ou regras de rastreabilidade, comparabilidade e publicidade foram usados em cada um dos municípios beneficiados? Somente neste ano, as emendas de comissão somam R\$ 15,54 bilhões do Orçamento — mais que o dobro de 2023, quando ficou em R\$ 6,9 bilhões.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Para o ministro, obstáculos emperram fim do Orçamento Secreto, considerado inconstitucional pelo STF

Manobra legislativa

O Orçamento Secreto começou em 2020 por meio da destinação de verbas do Orçamento da União para projetos definidos pelos parlamentares, mas sem identificação. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é considerado um dos pais da manobra, junto com o então ministro da Casa Civil do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, Luís Eduardo Ramos. A hoje ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal considerou o Orçamento Secreto inconstitucional em dezembro de 2022.

Sobre as emendas de comissão, Dino apontou que os portais de transparência “não informam, contudo, o nome do congressista que patrocina a indicação a cada beneficiário específico, mas atribuem, genericamente, a autoria da emenda RP 8 a tal ou qual comissão parlamentar”. O ministro afirmou que a CGU “tem se mostrado diligente, até o presente, no cumprimento das determinações deste Supremo Tribunal” e, por isso, não viu “qualquer prejuízo à razoável duração do processo” na prorrogação.

Mudanças

Dino fixou regras de rastreabilidade para o repasse de recursos. Conforme decidiu, os valores só poderão ser liberados depois

de os parlamentares inserirem na plataforma do governo informações referentes às transferências — como plano de trabalho, estimativa de recursos para a execução e prazo da execução, além da classificação orçamentária da despesa.

No mês passado, Dino fixou novas medidas para garantir transparência na execução das emendas parlamentares. Entre as determinações, a CGU deveria apresentar melhoras no site. Todas as informações disponíveis nos sistemas do Executivo e do Legislativo devem constar no sistema.

A partir de 2025, os ministérios terão que usar os códigos utilizados pelo Tesouro Nacional para identificar repasses vindos de emendas de relator (Código 3140) e de comissão (3130).

CONGRESSO

Motta tem bênçãos de Lula e Bolsonaro

» HENRIQUE LESSA
» CAMILA CURADO

Com as bênçãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ex-presidente Jair Bolsonaro, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) tornou-se, nas últimas horas, o candidato mais competitivo para concorrer à sucessão de Arthur Lira (PP-AL) no comando da Câmara dos Deputados. O parlamentar se reuniu-se, ontem, tanto com Lula como com Bolsonaro, que segundo o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) — presente ao encontro —, não teria obstáculos em apoiá-lo.

“Eles se encontraram para se conhecer. O presidente (Bolsonaro) não viu nenhum problema, mas a definição do apoio à candidatura vai depender se ele vai ser o candidato do (Arthur) Lira e de uma conversa com os parlamentares do partido”, explicou o senador.

A entrada de Motta mudou, em menos de 24 horas, o cenário da disputa. Considerado um hábil e bem relacionado, completa 35 anos em menos de uma semana, mas já está no quarto mandato na Câmara. Considerado protegido de Lira, conquistou a simpatia de deputados de todos os espectros políticos — dos governistas aos próceres do bolsonarismo.

A entrada de Motta na disputa veio depois da inviabilização da candidatura do presidente nacional do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP) — que abandonou a candidatura, na terça-feira, em favor do correligionário. O movimento de Pereira pode ser entendido como uma resposta a Gilberto Kassab (PSD), a quem chegou a atribuir a inviabilização da candidatura e do qual

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Deputado é conhecido por transitar da esquerda à direita, e é visto como nome de consenso para suceder Lira



Eles se encontraram para se conhecer. O presidente (Bolsonaro) não viu nenhum problema, mas a definição do apoio à candidatura vai depender se ele vai ser o candidato do (Arthur) Lira e de uma conversa com os parlamentares do partido”

Senador Flávio Bolsonaro, que acompanhou o deputado Hugo Motta na reunião com o ex-presidente para garantir apoio na disputa pela sucessão de Arthur Lira

não obteve respaldo.

Pereira comunicou a Lula que estava saindo da corrida e que daria a vez a Motta. Entre os questionamentos do presidente sobre o deputado,

uma referia-se à sua juventude. O presidente do Republicanos lembrou que o deputado era um veterano de quatro mandatos na Câmara. Horas depois, foi a vez de Motta encontrar-se com

Lula, levado pelo ministro Sílvio Costa Filho, dos Portos e Aeroportos — quando foi concedida a bênção presidencial.

O desejo do Palácio do Planalto e de Lira segue sendo construir uma transição consensual. Isso, porém, pode ser frustrado pelo entrave imposto por Kassab — que banca a candidatura de Antonio Brito (PSD-BA) — e pelas movimentações que Elmar Nascimento (União-BA) começou a fazer.

Ele cobrou o apoio de Lira em um encontro de mais de uma hora, ontem, na Residência Oficial da Presidência da Câmara. A reunião aconteceu a portas fechadas e nenhum dos dois parlamentares comentou a conversa. Elmar era apontado como o nome que teria o apoio de Lira à própria sucessão.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Depois das chuvas, a seca assola o Brasil

“Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da caatinga rala.

Arrastaram-se para lá, devagar, Sinha Vitória com o filho mais novo escanchado no quarto e o baú de folha na cabeça, Fabiano sombrio, cambaio, o aió a tiracolo, a cuiá pendurada numa correia presa ao cinturão, a espingarda de pederneira no ombro. O menino mais velho e a cachorra Baleia iam atrás.

Os juazeiros aproximaram-se, recuaram, sumiram-se. O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão.

— Anda, condenado do diabo, gritou-lhe o pai.”

Vidas Secas (Editora Record), romance de Graciliano Ramos, publicado em 1938, de 176 páginas, é uma obra-prima da literatura brasileira. Retrata a vida miserável de Fabiano e sua família de retirantes sertanejos obrigada a se deslocar, de tempos em tempos, para áreas menos castigadas pela seca. São cenas que parecem distantes, principalmente depois de o canal do Rio São Francisco irrigar boa parte do semiárido do Nordeste, mas que podem se repetir em regiões inimagináveis, como os igarapés e várzeas da Amazônia, e áreas alagadas do Pantanal, castigadas pela seca e em risco de desertificação.

Segundo o Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais (Cemaden), o país enfrenta a maior seca desde 1950, com exceção do Rio Grande do Sul. Nas últimas semanas, muitas cidades ficaram encobertas pela fumaça, entre as quais Brasília e São Paulo, com origem em incêndios florestais na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal.

Nesta semana, cerca de 244 cidades brasileiras registraram clima igual ao do Saara, que varia de 14% aos 20% de umidade. Como Brasília, cuja seca no inverno é famosa, chegaram a registrar apenas 7% de umidade as cidades de Barretos, Marília e Tupã, em São Paulo; Goiânia, Luziânia e Morrinhos, em Goiás; Parnaíba e Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul; e Itaituba, em Minas Gerais. As altas temperaturas e a fumaça agravam as condições sanitárias. A previsão é de que a situação ainda pode se agravar.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), setembro, o último mês do inverno, começou com uma forte onda de calor. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, as máximas chegaram aos 40°C; no interior de São Paulo e Minas Gerais, as cidades chegaram a 39°C. Talvez o Brasil, nesta semana, seja o país mais quente do mundo, o que está diretamente relacionado ao aquecimento global, provocado pelo “efeito estufa” — a emissão de gases que retêm o calor solar na atmosfera terrestre, principalmente dióxido de carbono e gás metano. Zera o desmatamento é a forma mais barata, eficaz e rápida de conter o aquecimento.

MUITAS CIDADES REGISTRARAM CLIMA IGUAL AO DO SAARA, QUE VARIA DE 14% AOS 20% DE UMIDADE. COMO BRASÍLIA, 10 CHEGARAM A REGISTRAR APENAS 7%

100 dias

Estamos na maior e mais extensa seca já registrada, com muitos lugares sem chuvas há mais de 100 dias, o que provoca a baixa umidade. Muitas cidades estão próximas de alcançar o nível de umidade do deserto do Atacama, no Chile, que é de 5%, o mais seco do mundo.

Ontem, na Comissão de Meio Ambiente do Senado, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, advertiu que o Pantanal pode deixar de existir até o fim do século. Na audiência com senadores, disse que será preciso ampliar os esforços e recursos de combate às consequências das mudanças climáticas. Propôs ao Congresso que crie um marco regulatório de emergência climática, que exclua da meta fiscal do governo federal os recursos gastos nessas condições.

No Congresso, há um negacionismo dissimulado em relação ao aquecimento global, para o qual a maioria dos políticos não está nem aí, principalmente nas frentes agrícolas e de mineração. Neste ano, o Brasil registrou o maior número de focos de queimadas desde 2010. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), foram 68.635 registros. De acordo com o Inpe, mais de 80% desses focos ocorreram na Amazônia e no Cerrado. Muitos são provocados pela seca, mas há, também, atividades criminosas.

Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), ontem, a Hidrelétrica de Santo Antônio precisou paralisar parte das unidades geradoras em razão da seca extrema do Rio Madeira, em Rondônia, e está funcionando com apenas 14% das turbinas. O rio chegou ao menor nível já observado em quase 60 anos, atingindo 1,02m.

A Região Amazônica enfrenta um período de seca extrema. O Oceano Atlântico Norte mais aquecido que o normal e mais quente que o Atlântico Sul, e o fenômeno El Niño inibem a formação de chuvas. Com 3 mil km² de extensão, o Rio Madeira abriga duas das maiores usinas hidrelétricas do Brasil: Jirau e Santo Antônio, que geram energia para todo o país.